

Parece-nos significativo e digno de nota o nome que os representantes dos 11 países que se reuniram na Colômbia, no fim da semana passada, apuseram ao documento final: "Consenso de Cartagena". Numa conferência desse gênero, em geral, para se chegar a um ponto de vista aprovado por todos é necessário fazer muitas concessões, e com isto as decisões perdem todo o vigor. Por isto, adota-se a praxe de distinguir entre os pontos sobre os quais se estabeleceu a unanimidade de vistas e aqueles sobre os quais os participantes não chegaram a acordo. Não obstante, os países endividados da América Latina optaram por firmar um documento em que exprimem seu consenso. Fizeram-no com habilidade, e de tal forma que o texto emitido não tem essas filigranas diplomáticas que facultam a cada um interpretação própria.

Em Cartagena, conforme havíamos previsto, a vitória foi dos moderados, pois, para grande desaponto dos que aplaudiam o ousado radicalismo da Argentina, os países devedores recusaram-se a constituir o decantado "cartel dos devedores", reafirmaram sua disposição de perseverar na política de ajustamento mone-

tário, mesmo ao preço de ingentes sacrifícios, fiscal e cambial, de honrar seus compromissos, e ressaltaram que a conclusão de negociações sobre a dívida externa é da responsabilidade de cada país, com base nas peculiaridades da economia de cada um.

Diante desses resultados, poder-se-ia crer que a Conferência de Cartagena foi totalmente improficua. Mas seria esta, certamente, uma conclusão injusta. Não foi inútil deixar claro que os países devedores reconhecem seus deveres, isto é, que pretendem honrar seus compromissos, reajustar sua economia. Mas, além disso, apoiados no princípio da coresponsabilidade de credores e devedores, os países latino-americanos apresentaram diversas sugestões no sentido de aliviar o peso dos programas atuais para pagar a dívida. Essa dívida, conforme assinala o documento de Cartagena, é maior do que a metade do Produto Interno Bruto da região, equivale às exportações de mais de três anos. Nos oito últimos anos, os juros pagos pela América Latina a seus credores somaram 173 bilhões de dólares, e para cada ponto de porcentagem de alta dos juros a

América Latina deve pagar 2,5 bilhões de dólares mais.

Esses dados eram divulgados na véspera do novo aumento da *prime rate* nos Estados Unidos. Existem, não há dúvida, limites de tolerância para os países suportarem o ônus do serviço da dívida, que no ano passado exigiu a transferência, da América Latina para seus devedores, de recursos reais estimados em 30 bilhões de dólares. É esta realidade que leva os países devedores à conclusão de que o problema de sua dívida externa não pode ser resolvido por meio de simples negociações com os bancos, ainda que sob a égide do FMI, com respeito total às leis do mercado, as quais dependem, basicamente, da economia dominante dos Estados Unidos...

Os participantes da reunião de Cartagena, por isso, apresentaram uma lista de propostas que consideram indispensáveis para se encontrar uma solução que não faça periclar o equilíbrio social e a estabilidade política dos países latino-americanos.

Tais propostas — são 17, ao todo — nada têm de radicais ou de mirabolantes, e na verdade muitas delas nasceram nos próprios países credos-

res. Apresentam, contudo, um requisito eminente: que o problema da dívida externa seja discutido no plano político, pois exigem decisões dos governos que transcendem a capacidade dos bancos credores. Tais propostas são tacitamente reconhecidas como de difícil aplicação pelos participantes da reunião; pleiteiam estes, ao mesmo tempo, redução das taxas de juros e mecanismos compensatórios para ser acionados na eventualidade de se elevarem as taxas.

Os signatários do "Consenso de Cartagena" não se iludem imaginando fácil ou próxima a aceitação de suas propostas (que não fazem nenhuma alusão à possibilidade de uma cessão de pagamentos). Eles quiseram apenas fixar uma pauta para um eventual encontro com os representantes dos países credores. Tal encontro certamente não se dará, pois os países credores ainda não estão preparados para atender às suas responsabilidades. Não seria conveniente aproveitar a reunião anual do FMI para, numa linguagem mais franca e direta do que a habitual, fazer ver que o sistema atual não pode ser deixado à mercê desse mercado que está longe de ser perfeito?